

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA COMO CAMINHO PARA A JUSTIÇA
AMBIENTAL NA BAIXADA FLUMINENSE**

Camilly Goes Cardoso (Camillygoes02@ufrj.br)

A justiça ambiental reúne princípios que buscam assegurar que nenhum grupo social seja desproporcionalmente afetado por impactos ambientais negativos, independentemente de raça, etnia ou classe social. Na Baixada Fluminense, observa-se que comunidades historicamente marginalizadas, especialmente populações pretas e pobres, estão entre as mais expostas aos riscos ambientais, o que evidencia processos de exclusão estrutural e de racismo ambiental.

O presente estudo tem como objetivo analisar as desigualdades socioambientais na Baixada Fluminense, articulando o diagnóstico da precariedade do saneamento básico com o papel da educação ambiental crítica como instrumento de enfrentamento e transformação social. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica, de caráter qualitativo baseada em autores clássicos e contemporâneos sobre justiça ambiental e educação crítica, como Herculano (2008), Gould (2004) e Freire (1981), além de relatórios de organizações da sociedade civil, como a Casa Fluminense.

A análise teórica permitiu compreender como o déficit de saneamento básico expressa o racismo ambiental e reforça desigualdades históricas. Nos municípios da Baixada Fluminense, os investimentos em infraestrutura são insuficientes, e grande parte da população ainda não possui acesso adequado

a serviços essenciais, como coleta e tratamento de esgoto. Essa realidade demonstra que a degradação ambiental não é distribuída de forma aleatória, mas segue padrões estruturais de exclusão que recaem sobre os mesmos grupos sociais historicamente vulnerabilizados.

Esses processos são sustentados por mecanismos de naturalização da precariedade e pela ausência de políticas públicas consistentes, o que perpetua o ciclo de desigualdade e invisibilidade territorial. O racismo ambiental manifesta-se, assim, tanto na exposição desigual aos riscos ambientais quanto na exclusão das populações afetadas dos espaços de decisão e formulação de políticas.

Nesse contexto, a educação ambiental crítica, inspirada na pedagogia libertadora de Freire (1981), assume papel central como estratégia de resistência e emancipação. Ao promover o diálogo, a reflexão coletiva e a ação transformadora, essa abordagem busca desnaturalizar a associação entre pobreza, exclusão territorial e degradação ambiental, fortalecendo o protagonismo comunitário na construção de alternativas sustentáveis.

Um exemplo dessa prática é a atuação da Casa Fluminense, em parceria com o ITDP Brasil e o Instituto Clima e Sociedade, na elaboração de cartilhas voltadas para os municípios de Japeri, Nova Iguaçu e Nilópolis. Esses materiais apresentam diagnósticos e propostas de políticas públicas elaboradas de forma participativa, envolvendo lideranças locais e representantes da sociedade civil e do poder público. As iniciativas demonstram o potencial da educação ambiental crítica para articular conhecimento, engajamento e transformação social.

Dessa forma, o estudo evidencia que o enfrentamento das injustiças ambientais na Baixada Fluminense depende de duas dimensões complementares: a estruturação de políticas públicas de saneamento e planejamento urbano e o fortalecimento de práticas educativas emancipatórias. A integração entre essas dimensões amplia o reconhecimento das comunidades vulneráveis como sujeitos ativos na construção de alternativas sustentáveis, contribuindo para uma sociedade mais justa, democrática e ambientalmente equilibrada.

Em síntese, compreender o racismo ambiental na Baixada Fluminense exige reconhecer que as desigualdades ambientais são também desigualdades sociais e políticas. Ao articular teoria e práticas participativas, a educação ambiental crítica mostra-se um caminho potente para romper com a

naturalização da exclusão e promover a justiça ambiental como princípio de cidadania e transformação social.

Palavras-chave: racismo ambiental; participação social; saneamento básico.